



Exma. Senhora  
Chefe do Gabinete de Sua Excelência a  
Presidente da Assembleia da República  
Dra. Noémia Pizarro

---

SUA REFERÊNCIA

SUA COMUNICAÇÃO DE

NOSSA REFERÊNCIA

DATA

Nº: 1988

01/04/2014

ENT.: 1534

PROC. Nº:

---

ASSUNTO: RESPOSTA À PERGUNTA N.º 1157/XII/3.ª

Encarrega-me a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade de junto enviar cópia do ofício n.º 986, de 31 de março, remetido pelo Gabinete do Senhor Ministro da Educação e Ciência, sobre o assunto supra mencionado.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

Marina Resende

Exma. Senhora  
Secretária de Estado dos Assuntos  
Parlamentares e da Igualdade  
Dr<sup>a</sup> Maria Teresa da Silva Morais

**N/ Referência**

**Pg. 986.31/03/2014 (1157)**

**Assunto:** Resposta à pergunta n.º 1157/XII/3.<sup>a</sup> - “Aplicação de reduções remuneratórias aos bolseiros de investigação é uma medida inconstitucional”.

---

Em resposta à pergunta mencionada em epígrafe, apresentada pelo Senhor Deputado Luís Fazenda do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda (BE), Sua Excelência o Ministro da Educação e Ciência encarrega-me de transmitir os seguintes esclarecimentos relativos às várias questões aí inscritas:

1. O ofício de 22 de janeiro de 2014 a que alude o Bloco de Esquerda foi enviado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) a um conjunto de instituições com as quais celebrou contratos que preveem o financiamento de investigadores, vinculados às instituições por contrato de trabalho (designadamente, e entre outros, no âmbito de projetos, do apoio a infraestruturas de C/T, e ainda no âmbito de programas como o Ciência ou o Investigador FCT).
2. O referido ofício, ao contrário do que se alega, não faz qualquer alusão, direta ou indireta, a bolseiros ou a bolsas.
3. Ao invés, o ofício em causa alude, como decorre de resto do assunto mencionado na sua epígrafe, a remunerações.
4. Ora as bolsas de investigação científica não geram, nem titulam, relações de natureza jurídico-laboral, nem de prestação de serviços, como decorre aliás do artigo 4º do Estatuto do Bolseiro de Investigação, pelo que não se pode aplicar às bolsas o conceito de remuneração.
5. O ofício em causa baseia-se, sobretudo, na interpretação conjugada dos n.ºs 1, 9 e 11 do artigo 33º da Lei do Orçamento do Estado para 2014 (LOE2014), pelo que resulta inequívoco que o entendimento veiculado no mesmo apenas se aplica àquilo que, nos termos do referido artigo, deva ser considerado como remuneração dos sujeitos e/ou dos contratos ao qual o mesmo deva ser aplicado (v. designadamente os n.ºs 2, 4, 9 e 11 do referido artigo 33º).
6. Na realidade, o que é atribuído a qualquer bolseiro é um subsídio para a realização, pelo próprio, de atividades de formação avançada e/ou de investigação científica e desenvolvimento tecnológico (n.ºs 1 e 2 do artigo 1º do Estatuto do Bolseiro de Investigação), não tendo tal subsídio qualquer

contraprestação associada a não ser a realização, pelo próprio, das referidas atividades.

7. Pelo exposto, não é correto inferir-se do ofício de 22 de janeiro de 2014 da FCT que os bolsheiros de investigação se encontrem abrangidos por qualquer redução remuneratória, que de resto a FCT não tem aplicado até à presente data.

Com os melhores cumprimentos

O Chefe do Gabinete  
Vasco  
Paulo Lince  
de Faria

Assinado de forma digital por  
Vasco Paulo Lince de Faria  
DN: c=PT, o=Ministério da  
Educação e Ciência, ou=Gabinete  
do Ministro da Educação e  
Ciência, cn=Vasco Paulo Lince de  
Faria  
Dados: 2014.04.01 09:08:20  
+01'00'